

I

As Etapas da História: Uma Crítica

O HOMEM, NESTE SÉCULO, MULTIPLICOU MUITAS VEZES seu conhecimento e seu poder sobre a natureza e sobre os sistemas sociais, e ao mesmo tempo, multiplicou igualmente seu grau de incerteza e dúvida a respeito de seu próprio destino, a respeito de seus valores e crenças fundamentais. Por um lado, elevou a alturas nunca antes atingidas o racionalismo e o humanismo. Por outro, envolveu-se nas guerras mais sangüinárias e irracionais, e utilizou meios de extermínio em massa, desde a guerra bacteriológica até a guerra química, guerra nuclear e a câmara de gás. Desenvolveu uma concepção democrática do mundo, baseado na liberdade, no respeito aos direitos individuais básicos e na representatividade política, mas estabeleceu regimes abertamente ditatoriais e totalitários em quase todos os países do mundo. Lutou por um socialismo democrático e aberto, que seria marcado pela igualdade de oportunidade e pela plena realização das potencialidades humanas, e em seu lugar estabeleceu regimes burocratizados e fechados. Alcançou índices de desenvolvimento econômico e técnico jamais imaginados, e não obstante mantém dois terços da população do mundo em estado de miséria. Pregou a cooperação e a igualdade entre as nações, criou a Liga das Nações e a ONU, mas continuou a pautar as relações internacionais pelos conflitos entre superpotências, em nome de

prestígio e poder nacional, e pelo imperialismo aberto ou disfarçado.

Neste mundo racional e irracional a um só tempo as teses mais desencontradas encontram guarida. O racionalismo do mundo ocidental, iniciado pelos gregos, marcado pelo cristianismo e por sua perspectiva tomista; reavivado e ganhando impulso com a Renascença e a emergência da burguesia e do capitalismo comercial; vitorioso com o iluminismo, o liberalismo e a Revolução Industrial; confirmado tanto pelas teses socialistas quanto pelo cientificismo do século XIX; retratado no capitalismo corporativo ocidental e no capitalismo de estado rotulado de socialismo do mundo soviético; definido pelo domínio crescente, tanto em um como em outro sistema, de uma tecnocracia ou tecnoburocracia totalitária e abrangente; pautado pelo princípio da eficiência, mas mergulhado no desperdício e no consumismo — esse racionalismo sem razão levou o mundo a uma crise e a um estado de revolução.

Neste livro vamos discutir alguns aspectos dessa crise e dessa revolução. Nesta primeira parte, além de uma colocação geral do problema, examinaremos em particular a emergência da tecnocracia, que também chamaremos, indiferentemente, de tecnoburocracia, e faremos uma rápida incursão pela contracultura, que pretende negar a denominação tecnocrática.

Utilizaremos, em todo o transcorrer deste livro, o método histórico e dialético. O processo social é eminentemente dinâmico. O mundo em que vivemos hoje é resultado do que aconteceu anteriormente. A história muda na medida em que a tecnologia evolui, que os meios de produção e de comunicação ganham novas formas.

Os meios de produção são essenciais na compreensão do processo histórico na medida em que permitem ao homem trabalhar mais produtivamente. Ora, o trabalho, a atividade econômica, é o centro de toda ação humana. E' ele que permite ao homem atingir a maioria de seus

objetivos, desde o bem-estar e a saúde, até o prestígio, o poder e a segurança. Nesses termos, o desenvolvimento tecnológico, ao aperfeiçoar o sistema econômico, tem um papel histórico fundamental. O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação tem também um papel decisivo na história, não só na medida em que também são eles meios de produção, mas porque proporcionam aos homens, diretamente, uma nova percepção do mundo.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de produção é um fato novo, que obriga o homem a reorganizar seu sistema de produção. Nova tecnologia implica em nova organização de produção, em novos sistemas de mando e subordinação. Em conseqüência todo o sistema social e político se transforma. A organização social e as instituições se modificam. Surgem novos sistemas de dominação, e surge a necessidade de novos valores e crenças, de novas ideologias que legitimem a posição dos novos detentores do poder.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, desde a criação da linguagem e do alfabeto até a dos meios eletrônicos de comunicação em massa — o cinema, o rádio e a televisão — e dos meios de comunicação para decisão — o computador — permitem uma difusão sempre crescente do conhecimento e da informação. Esse fenômeno não só confirma a importância da tecnologia na definição do processo histórico, mas também possibilita uma modificação das potencialidades de controle social, seja ao nível da sociedade global, seja ao nível das organizações burocráticas, aumentando muito mais que proporcionalmente a relação de poder em favor dos grupos dominantes, que controlam os meios de comunicação.

O controle destes meios e dos meios de produção são interdependentes. Quem controla estes, controla aqueles. E o caráter básico da estrutura social será definido pelo tipo de fator de produção que for historicamente estratégico em face ao desenvolvimento tecnológico. O poder político e a natureza do sistema de dominação serão definidos em função do controle dos meios estratégicos de produção.

Esta tese relativa à função fator estratégico na definição da estrutura social e política foi recentemente definida por John K. Galbraith.¹ O caráter estratégico do fator de produção depende de sua escassez relativa, seja ela provocada ou natural. Conforme afirma Galbraith:

«Está claro agora o que concede poder a um fator de produção ou àqueles que o possuem ou controlam. O poder vai para o fator que é mais difícil de obter ou substituir. Em linguagem precisa, adere àquele que possui maior inelasticidade de oferta na margem.»²

Esta é uma outra forma, não ortodoxa, de expressar a tese marxista de que o desenvolvimento tecnológico determina as relações de produção, ou seja, as relações de poder em uma sociedade. O fator é estratégico ou não, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Quando o desenvolvimento tecnológico resulta em modificação na importância relativa dos fatores de produção, ocorre concomitante modificação nas relações de produção existentes na sociedade. Ora, na medida em que toda a sociedade é regida pelo princípio econômico da escassez, as relações de produção dominam e determinam as demais relações sociais, inclusive as relações de poder. A modificação no fator estratégico de produção implica, assim, em mudança no sistema de poder da sociedade. A história entra em uma nova etapa. Novos são os senhores, novas as instituições, novas as ideologias.

Esta análise macrossocial é inclusive coerente com os princípios da psicologia social relativos à dinâmica de grupo e ao processo de liderança. A melhor definição de liderança que os autores que estudam essa matéria encontraram afirma que líder é aquele que dispõe dos meios para satisfazer as necessidades dos membros de seu grupo. Não é necessário que ele utilize esses meios sempre em benefício de seus seguidores. Muitas vezes ele os usará principalmente em benefício próprio. Os mem-

¹ GALBRAITH, John K., *O Novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, Capítulo V. Primeira edição norte-americana: 1967.

² *Idem*, p. 65.

bros do grupo, porém, dependem do líder para satisfazer suas necessidades.

Transposto o problema para o plano macrosocial, a propriedade ou o controle do fator estratégico de produção concede poder a seus detentores, na medida em que os fatores de produção são o meio por excelência de satisfação das necessidades humanas.

Este problema ganha ainda mais força na medida em que as mesmas pessoas e grupos sociais tendem a controlar os meios de comunicação em massa. O controle da imprensa, do rádio e da televisão garante uma homogeneidade de valores e crenças, um conformismo com o sistema de poder vigente, que complementa o poder conferido pelo controle dos fatores de produção.

E' claro que o desenvolvimento tecnológico dos fatores de produção e dos meios de comunicação não se limita a modificar as relações de poder existentes na sociedade. O processo histórico é um processo global e interdependente. Novos métodos de produção e novos meios de comunicação significam novos padrões de vida, novos hábitos de consumo, novas organizações sociais, novas concepções do mundo, novos valores e crenças, novas ideologias políticas, roupagem nova para as religiões, novos mitos, novas utopias. E toda essa superestrutura, fundamentalmente condicionada pela infra-estrutura tecnológica e pelas respectivas relações de poder existentes, sobre estas se reflete, ora legitimando-as, ora contradizendo-as, sempre influenciando-as.

O novo está sempre em contradição com o velho. A história tem um sentido e um contra-sentido. E' um processo permanentemente contraditório e portanto dialético. O momento presente não é mais que o resultado das contradições que se processaram no passado e que continuam a ocorrer a cada instante. Analisar um fenômeno social fora do seu contexto histórico e dialético, imobilizar os fenômenos sociais no tempo, como o fazem legitimamente as ciências físico-matemáticas, constitui uma violência contra os fatos. Devemos não só reconhecer esse caráter histórico e dialético do processo social, mas utilizar um método histórico e dialético para estudá-lo.

A inspiração no materialismo histórico do que estamos propondo é evidente. Da mesma forma que Galbraith, porém, não pretendemos observar qualquer ortodoxia a respeito. Muito pelo contrário. Se em relação ao método de análise, estamos próximos do pensamento marxista, na medida em que os problemas de métodos são relativamente independentes do momento histórico em que foram formulados, em relação à análise histórica e política realizada com ajuda daquele método veremos que a distância é muito grande. Não só mais de cem anos separam uma análise da outra, fazendo com que o objeto de estudo se tenha modificado profundamente, como muito diversas são as influências ideológicas e as condicionantes sociais a que estão submetidas as respectivas análises.

Na análise do processo histórico que a humanidade tem percorrido uma primeira necessidade que temos é de dividi-lo em etapas ou fases. O processo histórico não é linear, não se realiza através de um *continuum*. A visão vitoriana de um mundo harmônico e equilibrado, evoluindo sempre através de transformações graduais, sob a égide da lei natural e de uma racionalidade inerente a tudo o que nos cerca, não tem hoje qualquer sentido. A história jamais teve essa tranqüilidade. O mundo foi sempre marcado pelas guerras, pelas revoluções, por violentas contradições de interesses e por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e revolucionárias. Em certos momentos as contradições geradas pela mudança tecnológica, pela luta pelo poder, pelos interesses de classes e de grupos sócio-econômicos se agudizavam de tal forma que a história entrava em uma nova etapa.

Marx, dentro dessa perspectiva, afirmava que a história da humanidade podia ser dividida em seis grandes fases: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. A passagem do comunismo primitivo, das sociedades tribais ou de clã para o escravismo foi possível quando as técnicas de produção

agrícola e pecuária permitiram a criação de um mínimo de excedente econômico, de forma que um trabalhador fosse capaz de produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Nesse momento o escravo tornava-se um bem econômico. Era melhor escravizar do que matar os prisioneiros de guerra. O fator estratégico de produção era o trabalho humano. Quem dispusesse de armas ou terras para controlar o trabalho, mantendo escravos, constituir-se-ia na classe dominante.

Na medida, porém, em que as técnicas agrícolas vão se desenvolvendo, que as melhores terras vão sendo ocupadas e que a produção vai dependendo cada vez mais de um mínimo de motivação por parte dos trabalhadores, surge o feudalismo. Não só o fator estratégico de produção, escasso na margem, não é mais o trabalho e sim a terra, mas também o trabalho escravo deixa de ser economicamente interessante e é substituído pelo sistema de servidão. A posse da terra era agora a fonte por excelência de poder e de riqueza.

E' a partir daí que Galbraith faz sua análise. O poder conferido aos proprietários de terra atravessa toda a Idade Média e se faz presente ainda por um longo período na Idade Moderna. Conforme diz Galbraith:

«No Novo Mundo, assim como no Velho, presumia-se que o poder pertencia, como um direito, aos homens que possuíam terras. A democracia, em seu significado moderno, começou com um sistema que dava o direito de voto àqueles que provaram seu valor pela aquisição de propriedades imobiliárias e a nenhum outro.»³

Mas já no fim da Idade Média estavam surgindo uma nova classe e um novo sistema econômico que mudariam a face do mundo: respectivamente a burguesia e o capitalismo. O desenvolvimento tecnológico era agora incorporado de forma crescente em meios de produção criados pelo próprio homem. O processo de acumulação de capital começava a tornar-se decisivo. Inicialmente é o desenvolvimento da tecnologia dos transportes que vai

³ *Op. cit.*, p. 61.

permitir o desenvolvimento do capitalismo comercial. O novo sistema, porém, só se torna dominante na Europa Ocidental e nos Estados Unidos a partir do século XIX, com a Revolução Industrial.

Esta, iniciada na Inglaterra em meados do século anterior, e estendendo-se em seguida à França, aos Estados Unidos, à Bélgica, e à Alemanha, representa uma das evidências mais dramáticas de que a história não é um processo contínuo e gradativo de evolução. A Revolução Industrial revoluciona efetivamente toda a história do mundo. Com a introdução da produção mecanizada, a produtividade do trabalho se multiplica muitas vezes. Da mesma forma que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho servil, este é agora substituído pelo trabalho assalariado. O fator estratégico de produção deixa de ser a terra. O setor secundário da economia vai ganhando preeminência sobre o setor agrícola e extrativo em termos de repartição da renda nacional. Além disso, enquanto a produção primária está dividida entre um sem-número de proprietários de terra, a produção industrial está concentrada em um número relativamente pequeno de empresários capitalistas, que controlam as fábricas e os equipamentos industriais. O fator estratégico de produção não é mais a terra, passou para o capital. O poder político foi transferido da aristocracia latifundiária para a burguesia industrial. Estamos na fase do capitalismo. Este, no plano político, tende a adotar a fórmula da democracia burguesa, que garante ao mesmo tempo um razoável grau de liberdade aos indivíduos e de flexibilidade ao sistema político, e mantém o poder político firmemente nas mãos da classe capitalista.

Enquanto descrevia o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, Marx estava fazendo história, e ainda que possamos criticar o excessivo grau de abstração em que sua análise era realizada, é indiscutível seu acerto básico. Na verdade trata-se de uma análise genial pela sua grande simplicidade e imensa capacidade explicativa. O único perigo que apresenta é o de levar analistas apressados a imaginar de que se trata de um modelo universal e necessário, de forma que

todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Especialmente depois que o mundo passou por um processo de integração econômica, no século passado, como resultado, precisamente, da Revolução Industrial, a história dos países subdesenvolvidos passou a ser decisivamente influenciada pelos países desenvolvidos através da divisão internacional do trabalho e do imperialismo. Nesses termos os países subdesenvolvidos vêm passando por etapas diversas daquelas por que passaram os países hoje desenvolvidos.

Evitado esse erro grosseiro, todavia, a análise dividindo a história em etapas — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo — é sem dúvida notável. Até aí, porém, Marx estava apenas analisando o passado. Quando, porém, define também como etapas históricas o socialismo e o comunismo, já não estava mais fazendo análise da história passada e sim previsão do futuro. E suas previsões, embora parcialmente fiéis ao método empregado e dotadas de lógica interna, estavam também profundamente marcadas pela generosidade daqueles que se dedicam a construir utopias.

Na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx previu que a sociedade comunista, que sucederia ao capitalismo, seria, efetivamente, dividida em duas etapas. A primeira seria a socialista, ou simplesmente primeira fase do comunismo, como prefere Marx, iniciada com a tomada do poder pelo proletariado, a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado. O Estado e o Direito ainda subsistiram, na medida em que continuariam a existir interesses e valores burgueses a serem controlados. Os salários ainda seriam pagos de acordo com a produtividade do trabalho, não só porque não havia ainda abundância, como também porque permaneciam hábitos burgueses arraigados. Prevalece nesta fase a igualdade, definida pelo fato de que cada um recebe de acordo com o que produziu. Mas essa igualdade é injusta, segundo Marx, porque os homens não são iguais entre si: uns são mais fortes, uns mais capazes, outros menos, uns têm mais filhos do

que outros e, desta forma, o resultado final da igualdade nos salários é a desigualdade.

Esta fase seria substituída, dentro de um prazo não definido, pelo comunismo, que seria marcado pela abundância, pela ausência de Estado, pela liberdade e plena realização das potencialidades humanas, pela remuneração de acordo com as necessidades de cada um. Nas palavras de Marx:

«Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida mas se tornar a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tiverem crescido também as forças produtivas e estiverem então fluindo em toda a sua plenitude os mananciais da riqueza coletiva, somente então o estreito horizonte do Direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: 'De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades'».⁴

Neste parágrafo está a síntese da utopia marxista. A distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, base fundamental das distinções de classe, agora desaparece. A outra base, a propriedade privada dos meios de produção, já havia desaparecido durante o socialismo. O desenvolvimento econômico teria sido de tal ordem que chegamos à época da abundância. O trabalho continua necessário, mas, mais do que uma necessidade social, ele é uma necessidade individual, é um meio por excelência de realização pessoal de cada um. O Estado e o Direito irão perdendo importância até desaparecer, substituídos pelo autocontrole de cada um. O homem, cuja natureza é essencialmente boa (Marx, a esse respeito, está claramente na linha de Rousseau de que o homem é essencialmente bom, conflitando assim com o conceito oposto, imortalizado por Hobbes na frase: *homo lupus homini*), estará realizando todas as suas potencialidades. Prevalecerá a verdadeira igualdade, definida pela divisão do produto social de acordo com as necessidades

⁴ MARX, Karl, *Crítica ao Programa de Gotha*, em Karl Marx, *Selected Writings in Sociology and Social Philosophy*, editado por T. B. Bottomore e Maximilien Rubel, Penguin Books, 1970, Harmondsworth, p. 263.

de cada um. O desaparecimento do Estado garantirá finalmente a liberdade. Liberdade e Estado são incompatíveis. A própria democracia é uma forma de governo em que a liberdade é limitada pela existência do Estado. Este desaparecendo, haverá liberdade. E o desaparecimento do Estado ocorrerá graças ao autocontrole exercido por cada um, possível pela abundância reinante, pelo desaparecimento das classes sociais e pelo desvencilhamento dos hábitos individualistas e egoístas das épocas anteriores.

Não é possível afirmar categoricamente que Marx errou quanto à sua previsão sobre o comunismo. E' um sonho otimista e será sempre possível dizer que ainda não chegou o seu tempo. A história destes últimos cem anos sem dúvida não autoriza esse otimismo. A visão orwelliana de 1948, ou de Huxley em *Admirável Mundo Novo*, ou do mais recente *Colossus*, de O. F. Jones, com toda a sua carga de pessimismo, parecem bem próximos da realidade.

Entretanto, se resta sempre a possibilidade de afirmar que ainda não chegou o tempo do comunismo, o mesmo não se pode afirmar em relação ao socialismo. Para Marx o socialismo sucederia diretamente ao capitalismo. Foi esta perspectiva que levou à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas deste século. E em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas idéias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos «soldados, operários e camponeses», a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo, em que as liberdades mais elementares dos indivíduos são negadas, foi o estabelecimento de um sistema econômico quase tão baseado nos privilégios quanto o capitalista, foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia, apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e das empresas estatais,

a qual é um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.

Ao invés de socialismo, o que vemos em todo mundo hoje, seja nos países que ainda mantêm a propriedade privada dos meios de produção, seja naqueles que já a aboliram, é o poder político e econômico ir-se concentrando em um novo grupo sócio-econômico — o grupo dos tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas — e assim ir surgindo em novo sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas. Nesses termos, a etapa imediatamente posterior ao capitalismo é a tecnoburocracia. A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo. Este, em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer, mas no momento assistimos em todo o mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos, burocratas e militares. Da mesma forma que em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX presenciávamos a ascensão ao poder da burguesia, vemos hoje, ainda que de formas muito diversas, de acordo com os diversos países do mundo, a emergência dos tecnoburocratas ao controle do sistema econômico e da organização política.

Marx falhou em sua previsão sobre o advento do socialismo porque não foi plenamente fiel ao seu próprio método de análise da história. Por outro lado, em seu método deu excessiva ênfase à luta de classes e não distinguiu a luta de classes partindo de um grupo externo ao sistema econômico e social, da luta de classes inter-

nas ao sistema. A essência da metodologia marxista está no relacionamento dialético entre o desenvolvimento tecnológico e a organização da produção em termos de propriedade, ou, em outras palavras, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. É também essencial a relação dialética entre a infra e superestrutura social. A esse núcleo básico, porém, adiciona-se um elemento ao qual Marx, provavelmente por motivos políticos, deu excessiva importância: a luta de classes. É foi principalmente baseado neste último aspecto que Marx previu o advento do socialismo.

Marx certamente deve ter sido influenciado pelas lutas operárias que, em meados do século passado, ganhavam particular importância, não só devido à exploração a que estava submetida a classe operária, mas também devido ao fato de que só nessa época os operários começavam a se organizar sindicalmente. Na verdade, porém, a luta de classes, embora deva ser considerada um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico.

Além disso, Marx não levou em conta que, historicamente, jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente. Em outras palavras, a luta de classes «interna» ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria portanto estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinando. Em outras palavras, a nova classe, que irá disputar o poder com a classe dominante para afinal assumi-lo não é a classe dominada, mas um subgrupo, historicamente dela origi-

nário, mas que foi diferenciando-se através dos tempos, de forma a constituir em um grupo totalmente distinto da classe dominada. Na medida em que esse novo grupo estiver assumindo o controle do novo fator estratégico que os novos avanços tecnológicos estiverem determinando, esse grupo tenderá a assumir o poder econômico e político, dando surgimento a um novo tipo de sistema econômico, e, portanto, a uma nova etapa histórica. A luta de classes torna-se, portanto, historicamente revolucionária quando for «externa», quando partir de um grupo externo ao sistema.

Foi o que aconteceu na passagem do feudalismo para o capitalismo. A burguesia provavelmente tivera origens ligadas aos servos da gleba, que constituíam a classe dominada por excelência do sistema feudal. Em plena Idade Média, porém, a burguesia diferenciou-se dos servos, constituiu-se em um grupo sócio-econômico diferenciado, adotou valores e crenças, hábitos e padrões de comportamento próprios, definiu uma área própria dentro da estrutura de produção, constituiu-se em um grupo intermediário entre a classe dominante e a dominada. E durante séculos esta situação se manteve. A burguesia não era a classe dominante, mas estava longe de ser a classe dominada. Servia à aristocracia, ao mesmo tempo em que se fortalecia econômica e politicamente. A influência econômica naturalmente precedeu a política, mas afinal ambas tornaram-se dominantes. Uma luta de classes sem dúvida teve lugar entre a burguesia emergente e a aristocracia decadente, mas nem sempre essa luta foi clara e definida. Em muitas ocasiões, a burguesia cooperou ativamente com a aristocracia, ou com os setores da mesma, na medida em que essa cooperação lhe era interessante. O caso mais evidente, nesse sentido, foi o do grande apoio que as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII receberam da burguesia, em sua luta contra os privilégios feudais.

Outra característica correlata do processo histórico de substituição de elites dominantes ou de modificação nas relações de produção é o de que a classe dominada é parte integrante do sistema vigente, crescendo e entrando em declínio juntamente com a respectiva elite, enquanto que a nova classe que vai assumir o poder representa uma inovação ou uma ruptura dentro do sistema. Assim, no caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, os servos constituíam parte integrante do sistema feudal. As figuras do servo da gleba e mesmo do artesão surgem e desaparecem com o surgimento e o desaparecimento do feudalismo. Por muito tempo sobram vestígios deles, mas não há dúvida de que a decadência da aristocracia feudal corresponde a decadência dos servos e das corporações de ofício, da mesma forma que a decadência dos senhores de escravos da antiguidade correspondeu ao desaparecimento do escravo.

O mesmo fenômeno ocorre hoje quando o capitalismo entra em declínio e tende a ser substituído pelo tecnocratismo. A classe operária, o proletariado urbano dedicado a trabalhos manuais na indústria tende também, paulatinamente, ao desaparecimento. A classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial. A emergência da burguesia industrial ao poder correspondeu o surgimento da classe operária, que imediatamente assumiu o papel de classe dominada por excelência, ficando marginalizados do novo sistema os trabalhadores rurais e camponeses. No momento em que o capitalismo começa a ser superado por um novo sistema, que tem como uma de suas características essenciais a automação, o número de trabalhadores manuais não especializados na indústria começa a diminuir não só em termos relativos como também absolutos, principalmente em países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos, nos quais essa redução tende a ocorrer apenas em termos relativos.

Em um excelente estudo a respeito Gláucio Dillon Soares mostra que, nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores manuais não qualificados das cidades

na força de trabalho total aumentou de 9% em 1870 para 14,2% em 1910, baixando em seguida para 8,3% em 1950.⁶ Esta forma curvilínea da participação dos operários não qualificados na força do trabalho foi verificada também em países subdesenvolvidos. Se tomarmos também os operários semiqualeificados, observamos o mesmo fenômeno, apenas com uma defasagem no tempo, de forma que a redução da sua participação na força do trabalho começa a ocorrer um pouco mais tarde do que a dos operários não qualificados.

Na própria América Latina esta tendência ao declínio da classe operária como um todo, incluindo operários qualificados, já é notória. Em 1930 a participação dos trabalhadores industriais no setor não-agrícola era de 10,5%; aumentou para 11,6% em 1935; 14,9% em 1945. Em 1950 já havia caído para 14,8% e em 1955 para 14,2%.⁶

Nesses termos, da mesma forma que os servos e os artesões tenderam a desaparecer, à medida em que a sociedade tradicional ia sendo substituída pelo capitalismo, agora também assistimos ao ocaso da classe operária, à medida que o capitalismo vai sendo substituído por um outro sistema econômico e político. Nas palavras de Gláucio Dillon Soares

«o destino da classe operária não parece muito mais promissor do que o da classe artesanal. Um *post-scriptum* da história da classe operária industrial pode enfatizar seu curto significado, seja ele numérico, político ou qualquer outro.»⁷

Não bastasse tudo isto, temos ainda a constatar que a classe operária, na medida em que se constitui em parte integrante do sistema capitalista, acabou partilhando dos benefícios do sistema. Este fenômeno não ocorreu desde

⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon, Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Classes, em *Dados* 6 (1969) 99, baseado em Joseph Kahl, *The American Class Structure*.

⁶ *Idem*, p. 102.

⁷ *Idem*, p. 103.

o início do capitalismo. Até o fim da Revolução Industrial, em cada um dos países capitalistas, o aumento da taxa de acumulação de capital para mais de 15% da renda, necessário ao estabelecimento do capitalismo industrial, foi possível graças a decidida exploração dos trabalhadores manuais pela classe empresarial emergente, e, conseqüentemente, graças a uma forte concentração de renda nas mãos dessa classe, deixando os operários urbanos marginalizados de todos os benefícios do sistema. Em muitos casos chegou mesmo a ocorrer uma deterioração do padrão de vida da população que, de um trabalho saudável e de condições de vida razoáveis nos campos, passava para condições sub-humanas de trabalho nas cidades, com mulheres e crianças trabalhando 16 horas por dia.

Entretanto, terminada a Revolução Industrial em cada um dos países hoje desenvolvidos, o subsequente desenvolvimento econômico desses países passou a depender de forma crescente do aumento do poder aquisitivo da classe operária. Por outro lado, esta organizou-se em sindicatos poderosos. O resultado foi que a classe operária passou a ver seus salários e seu padrão de vida crescerem à medida em que as economias capitalistas se desenvolviam e aumentavam sua produtividade. Torna-se, assim, beneficiária do sistema, e entrava em um processo de acomodamento político, que lhe retirava qualquer possibilidade revolucionária.

Temos, portanto, três motivos para que não se confirmassem as previsões de Marx de que ao capitalismo sucederia o socialismo. Sua previsão estava baseada na idéia da luta de classes e na tomada do poder pela classe operária, pelo proletariado urbano. Ora, conforme acabamos de ver, (a) a classe dominada em um sistema econômico jamais se torna a classe dominante do sistema subsequente, cabendo a um grupo externo, diferenciado da classe dominada, o papel revolucionário; (b) a classe dominada, dentro de um sistema econômico, surge e tende a desaparecer dentro desse sistema, como aconteceu com os artesões, e agora está acontecendo com os operários;

e (c) a classe operária tornou-se beneficiária do sistema capitalista e a ele se acomodou politicamente.

Não pretendemos, com isto, fazer o epitáfio do socialismo. Estamos apenas constatando que, nos termos previstos por Marx, ele não tinha condições de ocorrer. Terá que ser profundamente reformulado, principalmente no capítulo de sua inevitabilidade, e no da liderança da classe operária.

E' preciso não esquecer, porém, que, neste último século e meio da história da humanidade, as aspirações mais generosas e moralmente mais legítimas de um grande número de jovens, de intelectuais, e mesmo de operários, estão diretamente relacionadas com a causa do socialismo. E ainda hoje, como veremos mais adiante neste livro, a idéia do socialismo está longe de estar morta. Ela se encontra impregnada profundamente em todos os movimentos contestatórios da ordem estabelecida existente hoje no mundo. De uma forma ou de outra, a contracultura é socialista, os estudantes em revolta e a parte da Igreja em revolução são socialistas. Trata-se, porém, de um socialismo muito diverso daquele previsto por Marx e absolutamente oposto ao socialismo pretendidamente praticado na União Soviética.

E' verdade que ainda muitos jovens e intelectuais, principalmente nos países subdesenvolvidos e na Europa, continuam a raciocinar em termos clássicos de esquerda e direita, identificando a esquerda com a classe operária, a qual seria supostamente revolucionária. Entretanto, este tipo de confusão, ao qual não escaparam os próprios jovens de maio de 1968, na França, tende aos poucos a desaparecer. Quando isto ocorrer de forma generalizada, a reformulação do socialismo, em termos de segunda metade do século XX e da contracultura antitecnocrática que nele desponta, estará transformando-se em realidade.